

PROJETO EDUCATIVO

2017 - 2020



Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz - Código 401470
DGEstE – Direção de Serviços da Região Centro



Índice

1. Introdução	3
1.1. Caracterização contextual da Escola	4
1.1.1. Enquadramento geográfico	4
1.1.2. Caracterização económico-social e cultural do meio	4
1.1.3. Oferta educativa concelhia	5
1.1.4. Instituições/empresas parceiras da Escola	5
1.1.5. Centro de formação.....	5
1.2. Caracterização da Escola.....	5
1.2.1. Breve historial	5
1.2.2. Patrono.....	7
1.2.3. Caracterização física.....	7
1.2.4. Organograma da escola.....	9
1.2.5. Caracterização humana/económicosocial e cultural da comunidade escolar.....	9
1.2.6. Oferta Formativa	10
1.2.7. Resultados dos alunos	11
1.2.8. Projetos de desenvolvimento educativo	11
2. Princípios - A escola que queremos / uma escola ativa.....	12
3. Valores - Como a Escola se vê.....	14
4. Metas Educativas.....	16
5. Estratégias.....	17
5.1. Constituição de turmas	17
5.2. Critérios pedagógicos	17
5.3. Avaliação	18
5.4. Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem	19
5.5. Combate ao insucesso, absentismo e abandono escolares.....	19
5.6. Biblioteca escolar/centro de recursos educativos.....	20
5.7. Educação Especial	21
5.8. Administração e gestão	21
5.9. Cooperação escola-família	21
5.10. Implementação do projeto educativo	22
6. Avaliação do projeto	23
7. Bibliografia	24



1. Introdução

O projeto educativo, enquanto documento estruturante da instituição, de acordo com a legislação vigente, consagra a orientação educativa da escola e aqui se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.

Assume-se como organizador de diversidade, permitindo que os agentes educativos se reconheçam como interventores nas políticas educativas e como construtores de espaços de autonomia. É também um gerador de descentralização, permitindo a delegação de responsabilidades, um impulsionador de atitudes democráticas e comunicativas e um construtor de consensos.

O projeto educativo propicia ainda a emergência de mudança social, através de realizações concretas, de exigências do trabalho em equipa, da avaliação e de uma nova relação entre as pessoas. É através dele que se exprime a identidade de uma escola, já que funciona como ordenador de toda a sua vida. Por isso, as suas linhas de orientação educativa, princípios, valores, metas e estratégias devem ser de tal modo gerais e abrangentes que proporcionem flexibilidade e participação de todos os elementos da comunidade escolar.

“O projeto educativo deve ainda servir a incerteza, ter em conta o indeterminado, ser capaz de infletir de direção como resultado de uma avaliação permanente, incorporar o conflito mas, sobretudo, devolver a cada indivíduo o seu espaço de criatividade e ação de modo a que ele sinta reconhecida a sua atividade, compreenda as suas ações e as possa inscrever num todo significativo. Neste sentido, o projeto educativo deve ser coletivo mas favorecendo a interação, autónomo mas independente” (*Carvalho, 1994*).

O nosso projeto educativo estará sempre em construção, tendo como objetivo geral promover a participação, a intervenção e a responsabilização de toda a comunidade educativa. Dentro desta comunidade educativa, os alunos estão naturalmente no centro das nossas preocupações, pelo que, nesta perspetiva, a grande meta deste projeto educativo deve ser a promoção do desenvolvimento cívico e a preparação humana para a aprendizagem ao longo da vida.



1.1. Caracterização contextual da Escola

1.1.1. Enquadramento geográfico

Situada na zona norte da cidade, a Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz, pertence à freguesia de Tavadere, fazendo fronteira com a freguesia de Buarcos e S. Julião. Contudo, está inserida na rede urbana, uma vez que se encontram esbatidas as fronteiras entre a cidade e as freguesias limítrofes, numa vasta área urbanizada e com boas acessibilidades.

Próximos da Escola situam-se o Estádio Municipal José Bento Pessoa, o campo sintético, as vias cicláveis, o complexo desportivo do Ginásio Clube Figueirense, o Parque Municipal de Campismo, a Escola Básica com 2.º e 3.º ciclo Dr. João de Barros e a Escola Básica de S. Julião, Tavadere.

A entrada principal é pela Rua Dr.ª Cristina Torres. Ao fundo desta, encontram-se uma rotunda, com a estátua do patrono da Escola, e uma vasta zona verde de lazer, as Abadias.

1.1.2. Caracterização económico-social e cultural do meio

O concelho da Figueira da Foz, com uma população de 62.601 habitantes, tem uma situação privilegiada, possuindo mar, rio, serra e praia. É um dos polos de atração balnear e turística do país. Assim, o turismo, que é uma das suas atividades económicas, tem vindo a ser revitalizado nos últimos anos, com realizações de carácter cultural, desportivo e de animação.

A pesca é uma das atividades tradicionais que agrega outras complementares (lota, conservas, frio e reparação naval).

A atividade industrial situa-se, preferencialmente, na periferia da cidade, destacando-se as indústrias de celulose. No entanto, existem outras tais como: reparação naval, vidro, têxteis, plásticos, conservas, etc..

Possui o concelho um porto de mar onde se tem operado um desenvolvimento de tráfego nos últimos tempos, bem como melhoramentos físicos, nomeadamente ligações ferroviárias que beneficiarão o escoamento de mercadorias. O setor comercial é, contudo, o mais desenvolvido, predominando o comércio tradicional, com destaque para a restauração, seguida dos têxteis e vestuário.

O espaço agrícola envolvente é importante, dando origem ao desenvolvimento de serviços especializados dirigidos à agricultura, havendo culturas tradicionais como a do arroz.

Os desportos de rio e de mar têm vindo a assumir particular relevo no concelho, constituindo-se a Figueira da Foz como referência a nível nacional do *surf*, do *bodyboard*, do *windsurf*, da vela, do remo, da pesca desportiva, entre outros.

A distribuição da população por setores apresenta uma maior incidência no setor terciário, seguindo-se o setor secundário e por fim o primário, destacando-se no setor terciário o comércio, a hotelaria e a restauração.

A Figueira da Foz é uma cidade em que constantemente se realizam atividades de cultura e lazer - congressos, palestras, exposições, campeonatos desportivos, etc.. Neste âmbito, deve ainda ser realçada a importância do Centro de Artes e Espetáculos e do Casino Figueira, tanto a nível local como regional.

A Escola e os nossos alunos não ficam alheios a estas manifestações culturais, tendo participado e dinamizado algumas delas.



1.1.3. Oferta educativa concelhia

No concelho, além da Escola, existem cinco agrupamentos de escolas: o Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz e o Agrupamento de Escolas do Paião, com oferta de ensino pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos, o Agrupamento de Escolas Figueira Mar e o Agrupamento de Escolas Figueira Norte, com oferta de ensino pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário. Há ainda, a par destas, o Colégio de Quaios, instituição particular de 2.º e 3.º ciclos, e o Conservatório de Música Maestro David de Sousa, com oferta de ensino pré-escolar e 1.º ciclo e ensino artístico.

1.1.4. Instituições/empresas parceiras da Escola

A Escola tem estabelecido boas relações institucionais e de colaboração com várias instituições e empresas, entre as quais se destacam: Associação Doutor Joaquim de Carvalho, Centro de Formação Beira Mar, Celbi, Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz (ACIFF), Casino Figueira, Câmara Municipal da Figueira da Foz, Junta de Freguesia de Tavadede, Junta de Freguesia de Buarcos e S. Julião, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Centro de Saúde da Figueira da Foz / Buarcos, Agrupamento dos Centros de Saúde do Baixo Mondego II, Conservatório de Música David de Sousa, APPACDM, *Rotary Club*, *The Navigator Company*, CLAS – Conselho Social de Ação Social da Figueira da Foz, Rede de Bibliotecas Escolares - Grupo de Trabalho Concelhio de Figueira da Foz, Centro de Atendimento a Jovens (CAJ), Abraço, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Equipa de Tratamento e Reinserção (ETR), Associação Fernão Mendes Pinto, Associação Figueira Viva, Associação Goltz de Carvalho, Associação Viver em Alegria, Associação Novo Olhar, Hospital Distrital da Figueira da Foz, Fundação Bissaya Barreto, Cercifoz, Reis de Figueiredo – Arquitetos da Beira Lda.

1.1.5. Centro de formação

A Escola continua a ser sede do Centro de Formação da Associação de Escolas Beira Mar. Para além das escolas públicas do ensino básico e secundário do nosso concelho, fazem parte deste centro as dos concelhos de Mira, Cantanhede e Montemor-o-Velho.

1.2. Caracterização da Escola

1.2.1. Breve historial

Liceu Municipal Dr. Bissaya Barreto

1932 - Sendo Ministro de Instrução Pública Cordeiro Ramos, o decreto de 6 de outubro criou "na Cidade da Figueira da Foz um liceu municipal, que se denominará Liceu Municipal do Dr. Bissaya Barreto". Decisiva terá sido a influência política de Bissaya Barreto.

A 25 de novembro, abriu portas a nova escola, num prédio situado no local onde, no passado, funcionou o terminal rodoviário.

1940 - Já perfeitamente inserida no meio, a escola colaborou com a cidade nas comemorações dos centenários nacionais da fundação e da restauração de Portugal (1140, 1640, 1940), acolhendo o "1.º Salão de Estética da Figueira da Foz", grande exposição de artes plásticas e aplicadas.

1956 - O ensino no Liceu Municipal alargou-se ao 2.º ciclo liceal, nele se lecionando já, em 1958/59, o então 5º ano.

1958 - Devido ao crescimento em "ritmo verdadeiramente impressionante" da população escolar, os ministérios de Arantes e Oliveira e Leite Pinto (Obras Públicas e Educação Nacional, respetivamente)



aprovaram um plano de construção a médio prazo de novos liceus, entre os quais o da Figueira da Foz.

Liceu Nacional da Figueira da Foz

1961 - Constatando que a frequência do Liceu Municipal aumentara "num ritmo comparável ao de alguns liceus nacionais", e perante a impossibilidade de a Câmara Municipal suportar elevados encargos, o ministério de Lopes de Almeida elevou a nacional o Liceu da Figueira. O mesmo decreto-lei previa a introdução gradual do 3.º ciclo a partir de 1962/63.

1968 - O "Liceu Novo" abriu, em junho, com exames.

1969 - Às 18.30 horas do dia 17 de abril, assinalaram a inauguração oficial do liceu pelo Chefe de Estado, Américo Tomás, de cuja comitiva faziam parte os Ministros da Educação Nacional, José Hermano Saraiva, e das Obras Públicas, Silva Sanches.

Escola Secundária nº 2

1979 - Terminada, com o 25 de Abril de 74, a distinção entre liceus e escolas técnicas, a designação oficial passou a ser Escola Secundária nº 2 da Figueira da Foz.

Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho

1987 - Concluindo uma campanha iniciada em 1978, uma portaria governamental consagrou a designação "Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho - Figueira da Foz", de acordo com a proposta enviada pela escola, reconhecendo o valor de Joaquim de Carvalho no âmbito da cultura e da educação, e com o apoio maioritário dos professores e a concordância da Câmara Municipal.

1989 - Em colaboração com a autarquia, a Escola comemorou a passagem dos 30 anos sobre a morte de Joaquim de Carvalho, tendo como horizonte 92 - centenário do seu nascimento. Neste ano, inicia-se a publicação do jornal da escola "O Sinal".

1991 - A 1 e 2 de junho, a escola metamorfoseou-se em pequena "aldeia olímpica" para acolher a "Festa do Desporto escolar". Provindo de todos os distritos, milhares de jovens demonstraram que a educação física é uma componente educativa fundamental. Presente na abertura da "Festa" o Ministro da Educação, Roberto Carneiro.

1992 - Publicou-se o catálogo "Imprensa da Universidade", pelos serviços culturais da Câmara Municipal da Figueira da Foz.

1996/97 (e seguintes) - A escola foi alvo de melhoramentos nas suas estruturas físicas e equipamentos, continuou envolvida em projetos do Programa Sócrates/Comenius/Ciência Viva e rede de escolas Expo'98 e foi ainda, em 1997, a organizadora e local de realização do ProfMat 97. Ainda neste ano, a associação de pais e encarregados de educação promoveu um concurso do qual surgiu o logótipo da escola.

1998/99 - Início da realização das Jornadas Culturais, com iniciativas de âmbito cultural, científico, desportivo e lúdico, com o objetivo de abrir a escola à comunidade e permitindo uma maior visibilidade das atividades aqui desenvolvidas.



Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Joaquim de Carvalho (16 de novembro de 1999)

2002 - Foi instituído, pela primeira vez, o Prémio Dr. Joaquim de Carvalho, atribuído aos melhores alunos da escola em cada ano como forma de reconhecer o seu mérito.

2005/2008 - Neste período, a escola integrou a fase piloto de avaliação externa das escolas, promovido pelo Ministério da Educação e, em resultado dessa avaliação, fez parte das vinte e duas escolas que assinaram um contrato de autonomia a 10 de setembro de 2007. Neste período, eliminaram-se as barreiras arquitetónicas, com a instalação de um elevador. Em parceria com a Associação de Escolas, esta instituição candidatou-se e constituiu-se Centro Novas Oportunidades.

Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho, Figueira da Foz

2007 - Por aplicação do decreto-lei nº 299 de 22 de agosto de 2007, a escola assumiu esta nova designação.

2009/2011 - Em consequência da assinatura do contrato de autonomia, a escola foi incluída no programa de modernização do Parque Escolar – 2.ª fase. Em 2009, iniciou-se a requalificação do edifício escolar a fim de melhor corresponder às necessidades dos que aqui trabalham e estudam.

2011 - A 29 de janeiro de 2011, foi inaugurada a obra de requalificação do edifício pela Ministra da Saúde, Ana Jorge.

1.2.2. Patrono

1892-1917 - Joaquim de Carvalho nasce, na Figueira da Foz, a 10/06/1892. Entre 1910 e 1915, é universitário em Coimbra, bacharel em Direito (1914), e em Filosofia (1915). Nesse período, publica o seu primeiro escrito de cariz político no quinzenário figueirense *A Redenção* (1/2/1910). No ano letivo de 1915 -1916, frequenta a Escola Normal Superior e casa com Irene de Montezuma Dinis Lopes e Câmara Côrte-Real (1916). Assistente provisório de Filosofia, obtém o doutoramento com tese sobre Antônio de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença (02-1917); participa em congressos internacionais (Granada e Haia).

1918-1928 - À margem da Universidade, é membro do Instituto de Coimbra e da Academia das Ciências de Lisboa (1922); liga-se ao movimento da "Seara Nova" (1921); integra-se na abertura da Universidade Livre de Coimbra (1925).

1928-1938 - Dá colaboração a três importantes obras coletivas: a *História da Literatura Portuguesa*, de Albino Forjaz de Sampaio (1929-1932), a *História de Portugal*, de Damião Peres (1929-1935) e a *História do Regime Republicano em Portugal*, de Luís de Montalvor (1930).

1948-1958 - Inicia duas novas coleções: a "Inedito ac Rediuiua", subsídio para a *História da Filosofia e da Ciência em Portugal* (1943), e "Ata Universitatis Conimbrigensis" (1946), onde começa a reeditar a obra arqueológica do figueirense Dr. Santos Rocha, compilando os seus próprios *Estudos sobre a Cultura Portuguesa*.

1948-1958 - Em 1951, funda a sua própria *Revista Filosófica*, que durará até à sua morte, em 27 de outubro de 1958, com apenas 66 anos de idade. Cavaleiro da Legião de Honra e Moderator da Societas Spinosano de Haia, foi também *Doutor Honoris Causa*, pelas Universidades de Montpellier, Salamanca e São Paulo.

1.2.3. Caracterização física

Após a obra de requalificação de que beneficiou, os três corpos que constituíam a Escola interligaram-se, podendo, contudo, distinguir-se áreas definidas: um espaço central, com quatro pisos, que engloba a direção, a zona de serviços administrativos, as instalações da Associação Doutor Joaquim de Carvalho, do Centro de

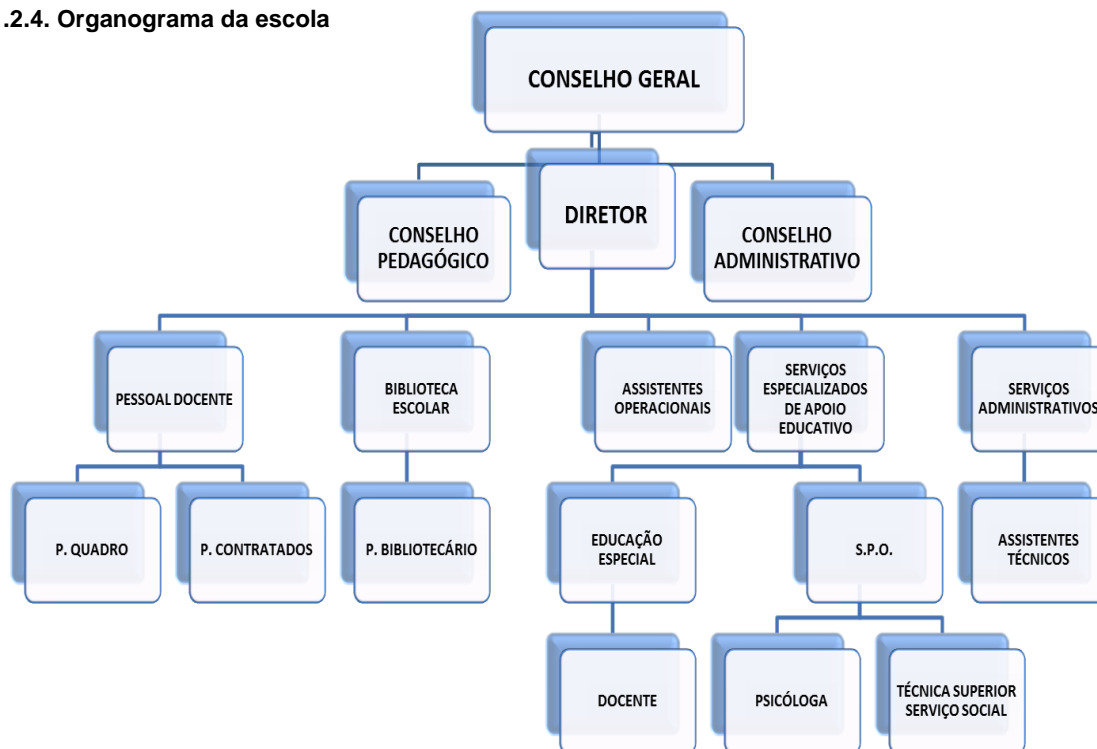


Formação da Associação de Escolas Beira Mar, a área de trabalho de professores, bufete, cantina e cozinha, biblioteca, auditório Joaquim de Carvalho, salas de aula, instalações sanitárias; há ainda a considerar a existência de espaços especializados, onde se encontram os laboratórios, as salas de artes e de novas tecnologias e um pavilhão gimnodesportivo. Circundando o edifício, existem campos de jogos, pátios e jardins. É de notar que se trata de uma escola sem barreiras, com elevador centralizado, e com todas as instalações sanitárias adequadas a pessoas com mobilidade reduzida. Além disso, todas as salas têm ligação à internet, havendo rede sem fios em todo o edifício.

Organização dos espaços			
Piso -1	Piso 0	Piso 1	Piso 2
Biblioteca escolar/ centro de recursos educativos, com 1 sala polivalente e 1 zona de gestão e arquivo	Serviços administrativos	16 salas de aula não específicas	12 salas de aula não específicas
1 auditório com capacidade máxima para 400 pessoas	2 salas de trabalho da Direção	1 sala de professores	1 sala de grande grupo
1 sala multimédia	1 gabinete do Diretor	1 sala de pequeno grupo	1 sala de pequeno grupo
3 salas de Educação Visual	1 bufete	zonas de gestão	zonas de gestão
1 sala de Educação Tecnológica	1 cozinha e refeitório		
1 sala de Oficina de Artes	1 loja escolar (papelaria/reprografia)		
2 salas de Geometria Descritiva	1 pavilhão gimnodesportivo		
3 salas de Informática e 2 gabinetes de Informática	2 laboratórios de Física		
1 sala de funcionários	2 laboratórios de Química		
várias zonas de gestão	2 laboratórios de Ciências Naturais		
2 campos de jogos exteriores, 1 com pista de atletismo e caixa de saltos	2 salas polivalentes de Ciências Experimentais		
1 átrio de exposições	3 salas de preparação laboratorial		
	2 salas de reuniões		
	4 gabinetes de departamentos curriculares e 6 gabinetes de trabalho de professores		
	1 sala de trabalho de DT e 4 gabinetes de atendimentos a EE		
	2 salas dos serviços de Psicologia e Orientação		
	2 salas da Educação Especial		
	1 sala do CFAE Beira Mar e 1 gabinete		
	1 sala da Unidade de Multideficiência		
	1 sala para a Associação de Estudantes		
	1 sala para a Associação de Pais e Encarregados de Educação e para a Associação Doutor Joaquim de Carvalho		
	zonas de gestão		
	2 espaços de convívio para alunos (1 interior e 1 exterior)		



1.2.4. Organograma da escola



1.2.5. Caracterização humana/económicosocial e cultural da comunidade escolar

Para uma caracterização objetiva, apresentam-se vários quadros com dados relativos aos recursos humanos, número de turmas, cursos a funcionar no ensino secundário e taxas de transição/aprovação por ano.

Recursos humanos	2016/17	2015/16	2014/15	2013/14	2012/13	2011/12	2010/11
número de professores	98	94	94	96	98	120	127
número de alunos	1090	1095	1073	1092	1110	1037	1078
professor bibliotecário	1	1	1	1	1	1	1
serv. de psicologia e orientação	2	2	3	2	2	2	2
professor do ensino especial	4	3	3	2	1	1	1
assistentes técnicos	10	10	10	10	12	13	13
assistentes operacionais	21	22	23	24	24	25	26

	2016/17		2015/16		2014/15		2013/14		2012/13		2011/12		2010/11	
7ºano	133	5	134	5	128	5	109	4	111	4	134	5	105	4
8ºano	133	5	129	5	105	4	111	4	126	5	102	4	98	4
9ºano	128	5	114	4	113	4	124	5	104	4	101	4	198	4
10ºano	231	7	258	8	261	8	229	8	266	10	291	11	236	9
11ºano	232	9	242	8	224	9	256	10	285	11	226	9	201	8
12ºano	233	8	218	7	242	8	263	11	218	9	183	8	240	10
total	1090	39	1095	37	1073	38	1092	42	1110	43	1037	41	1078	39



A Escola tem um corpo docente qualificado, composto maioritariamente por professores do quadro de escola, bem como um corpo não docente extremamente empenhado. A distribuição de serviço letivo e não letivo obedece a critérios de natureza pedagógica, tendo em conta as características individuais, sempre que possível. No caso dos diretores de turma, a sua nomeação é feita, atendendo ao perfil desejável para o desempenho destas funções, nomeadamente, no que se refere ao modo como se relaciona e colabora com os intervenientes no processo educativo - alunos, encarregados de educação, pares - e às suas capacidades de “gestão de recursos humanos”.

Em termos de formação, a Escola considera que, para além da formação de natureza científico-didática com estreita ligação à matéria curricular lecionada, é imprescindível a formação no âmbito da educação para a saúde e a sexualidade, bem como para os valores da cidadania.

A população discente desta escola pertence, predominantemente, à classe média, embora haja um número crescente de alunos a beneficiarem de subsídio escolar. A população que frequenta o 3.º ciclo é essencialmente da zona residencial circundante. No ensino secundário, os alunos são originários de diversas zonas.

Apesar de existirem, na cidade, três escolas com este nível de ensino, a Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho é a que possui maior frequência de alunos.

Existe uma associação de pais e encarregados de educação, assim como uma associação de estudantes, que desenvolvem as suas atividades em estreita articulação com as estruturas da Escola.

Sob o ponto de vista cultural, a Escola promove regularmente diversas atividades: concursos, exposições, conferências, debates, representações teatrais, bem como projetos de intercâmbio com escolas portuguesas e estrangeiras. Essas atividades têm sido apoiadas por várias instituições.

Os órgãos de gestão e de administração têm procurado dar conhecimento à comunidade das atividades realizadas e a realizar através do jornal da escola - "Sinal", de jornadas culturais e das rádios e jornais locais e regionais.

1.2.6. Oferta Formativa

Oferta formativa de nível secundário	
Modalidade	Curso
Cursos Científico-Humanísticos	Ciências e Tecnologias
Cursos Científico-Humanísticos	Línguas e Humanidades
Cursos Científico-Humanísticos	Ciências Sociais Humanas
Cursos Científico-Humanísticos	Artes Visuais
Cursos Profissionais	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos Técnico de Informática - Sistemas Técnico de Informática - Instalação e Gestão de Redes
Cursos Profissionais	Técnico de Multimédia

Pretende-se que a Escola ofereça formação desde o início do 3.º ciclo do ensino básico até ao final do ensino secundário, incluindo estes cursos vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior e cursos orientados na dupla perspetiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos, particularmente nas áreas da informática e da multimédia.

De destacar, ainda, que a Escola tem vindo a articular as suas ofertas formativas, por meio de parcerias com instituições externas, como a Alliance Française ou a Cambridge School, com o objetivo de garantir uma



formação certificada internacionalmente e apetrechar os alunos de meios que melhor os habilitem para o mundo de trabalho global do século XXI.

Como no passado, a Escola tem a intenção de continuar a oferecer respostas educativas e formativas que promovam a efetiva qualificação de adultos, como é o caso do Programa Qualifica, que tem por objetivo melhorar os níveis de educação e formação dos adultos, contribuindo para a melhoria dos níveis de qualificação da população e a melhoria da empregabilidade dos indivíduos.

A Escola mantém-se aberta a colaborar, também, com o Centro de Emprego da Figueira da Foz-Instituto de Emprego e Formação Profissional da Figueira da Foz ou outras instituições para disponibilizar ofertas formativas que vão ao encontro das necessidades locais.

1.2.7. Resultados dos alunos

Ano	2015/16		2014/15		2013/14		2012/13		2011/12		2010/11	
	Sucesso	Abandono	Sucesso	Abandono	Sucesso	Abandono	Sucesso	Abandono	Sucesso	Abandono	Sucesso	Abandono
7º ano	99,3%		99,2%		95,1%		99,1%		94,0%		97,1%	
8º ano	97,6%	0%	99,0%	0%	99,1%	0%	99,2%	0%	97,1%	0%	98%	0%
9º ano	99,1%		98,2%		98,4%		99,0%		99,0%		96,3%	
10º ano	93,9%		92,6%		93,9%		94,4%		88,4%		89,3%	
11.º ano	94,3%	0,50%	91,8%	0,16%	93,1%	0,79%	91,2%	1,1%	91,2%	2,7%	90,5%	3,2%
12.º ano	86,4%		81,1%		82,7%		79,3%		79,0%		74,6%	

1.2.8. Projetos de desenvolvimento educativo

A Escola tem vindo a dinamizar alguns projetos educativos e clubes. Embora com alguma oscilação relativamente ao seu número, os que têm funcionado com mais regularidade são os de Jornalismo, Acrobacias com Palavras, Matemática, Desporto Escolar, Educação para a Saúde e Educação Sexual, Parlamento dos Jovens, Escolas Piloto de Alemão (PEPA) e Teatro. Através deles, pretende-se levar os alunos a “saber ser”, saber estar”, “saber fazer” e “saber”; a desenvolver as capacidades criativas e críticas e a ativar os valores da partilha, do respeito pelo outro e da solidariedade.



2. Princípios - A escola que queremos/uma escola ativa

A escola deve ser um espaço onde exista uma boa relação dentro da comunidade escolar, se favoreça a comunicação entre todos, se promova a formação de equipas de trabalho, se estabeleçam compromissos de realização, se controlem e avaliem resultados, se deleguem funções, e que se abra à comunidade, procurando um envolvimento e um compromisso de todos nas tarefas que eficazmente deve cumprir.

A escola destina-se a alunos desde o início do 3.º ciclo do ensino básico até ao final do ensino secundário, incluindo estes cursos vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior e cursos orientados na dupla perspetiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos. Nesta linha, deve promover um ensino de qualidade comprovada; que responda às necessidades resultantes da realidade social; que contribua para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos alunos; que prepare o aluno para o imprevisto, o novo, a complexidade; que desenvolva em cada indivíduo a vontade, a capacidade e o conhecimento que lhe permita aprender ao longo da vida; que forme cidadãos com espírito crítico e interventivo, tendo em vista uma cultura de cidadania capaz de fomentar os valores da pessoa humana, da democracia e do exercício responsável da liberdade individual.

Neste pressuposto, estabelecem-se como princípios:

- Promover um ensino/aprendizagem que forme cidadãos mais habilitados que contribuam para uma sociedade mais desenvolvida;
- Promover um ensino que vise a consecução efetiva das aprendizagens;
- Despertar o gosto pela aprendizagem, criando condições para os alunos aprenderem a aprender;
- Desenvolver a capacidade de aprendizagem ao longo da vida;
- Preparar para o imprevisto, o novo, a complexidade, como marcas do real em permanente mudança;
- Consciencializar para a defesa do património natural e cultural, local e nacional;
- Promover a educação para a saúde e para a sexualidade;
- Promover a educação para o ambiente;
- Promover a educação para a sociedade da informação e para os media;
- Promover a educação para o consumo;
- Promover a educação para o empreendedorismo;
- Promover o desenvolvimento vocacional;
- Despertar a atitude crítica e interventiva em relação aos problemas da comunidade escolar e do meio onde a escola se insere;
- Desenvolver um olhar crítico sobre os problemas que afetam toda a humanidade;
- Consciencializar para um diálogo inclusivo e intercultural;
- Promover o espírito de cidadania europeia.

Numa outra perspetiva, tendo em conta a multiplicidade de interesses e necessidades dos alunos, e no sentido de promover o seu desenvolvimento global, considera-se dever formá-los na perspetiva do saber ser, saber estar, saber fazer e saber. Assim, propõem-se os seguintes objetivos:

- Desenvolver potencialidades físicas, intelectuais e artísticas;
- Desenvolver comportamentos facilitadores da aprendizagem;
- Promover a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade;



- Desenvolver competências e conhecimentos sólidos, enfatizando o Português, a Matemática, o Inglês e as Ciências Experimentais;
- Perspetivar a avaliação como um elemento fundamental na promoção do sucesso;
- Promover a construção de projetos escolares e profissionais tendo por base os seguintes pressupostos:
 - valorização dos diferentes cursos científico-humanísticos e profissionais;
 - valorização de todas as saídas profissionais como forma de integração na sociedade;
 - consideração do sistema escolar e educativo na ótica do desenvolvimento de todas as potencialidades individuais;
 - consciencialização para a variabilidade dos percursos profissionais;
- Estimular a participação ativa e colaborativa dos alunos nas atividades da Escola;
- Criar hábitos de trabalho, individual e em grupo, e favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito e de disponibilidade e adaptação à mudança.

Para atingir estas finalidades, proporcionar-se-á um ensino e aprendizagem com recurso a metodologias ativas e às novas tecnologias de informação, desenvolvendo o espírito de autonomia e de responsabilidade.

Por fim, a escola deve ser um espaço atrativo, onde toda a comunidade escolar se sinta integrada, em segurança e onde se encontrem os recursos necessários para a plena realização de todos os seus membros. Ela deve estar ao serviço do meio, colaborando no desenvolvimento da cultura, no voluntariado, nas atividades conjuntas desportivas, na cooperação em campanhas especiais, no estudo de situações sociais, na participação em grupos de jovens, no trabalho conjunto com as empresas, estabelecendo para tal protocolos com outras instituições e facilitando a utilização das suas infraestruturas e equipamentos.



3. Valores - Como a Escola se vê

A Escola está consciente de que o sucesso não acontece por acaso e de que este depende, em grande medida, da sua capacidade, disponibilidade e humildade para identificar os seus pontos fortes, a fim de os potenciar, e as áreas de melhoria, para investir nelas e as converter em pontos fortes. Têm sido feitos esforços neste sentido, embora com a certeza de que este é um trabalho que nunca estará completamente acabado, porque a sua essência reside, exatamente, numa constante adaptação ao contexto em que decorre a interação dos atores em presença.

Como pontos fortes, identificamos os seguintes:

- Excelentes condições físicas;
- Segurança – videovigilância;
- Bons equipamentos didáticos;
- Biblioteca escolar aprazível e bem equipada;
- Corpo docente e não docente qualificado, empenhado e integrado;
- Ótimo relacionamento entre os vários órgãos da Escola;
- Boa organização da Escola e respetivos serviços;
- Gestão integrada;
- Existência de atividades extracurriculares – clubes e projetos;
- Reduzido abandono escolar, tendencialmente 0% no 3.º ciclo e menor que 1% no nível secundário;
- Bons resultados académicos dos alunos;
- Oferta formativa diversificada - cursos científico-humanísticos e cursos profissionais;
- Muito bons níveis de assiduidade dos alunos e docentes;
- Boa integração na comunidade;
- Práticas de autoavaliação, consolidadas e consequentes nos diferentes domínios da instituição;
- Avaliação externa e consequente assinatura do contrato de autonomia.

É importante referir, a este propósito, que o ponto de vista de entidades externas, nomeadamente da Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC), sempre foi muito importante para se verificar até que ponto a imagem que a Escola tem de si própria corresponde ao *feedback* recebido. Assim, para além dos pontos fortes atrás apontados, foram ainda ultimamente, no Relatório da Avaliação Externa das Escolas de 2011, reconhecidos pela equipa de avaliação externa das escolas os seguintes, constantes do relatório por ela elaborado:

- *“taxas de conclusão do 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário superiores ao valor esperado no ano letivo de 2009-2010;*
- *resultados alcançados no último triénio nos exames nacionais das disciplinas de Matemática A, Física e Química A e Biologia e Geologia, que superaram constantemente as médias nacionais;*
- *trabalho cooperativo das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, com reflexo na articulação curricular e sequencialidade das aprendizagens;*
- *respostas diferenciadas e integradoras proporcionadas aos alunos com necessidades educativas especiais;*
- *dinâmica pedagógica no âmbito das Ciências Experimentais, com elevado impacto nos resultados académicos e na promoção da literacia científica;*
- *lideranças de topo e intermédias influentes na responsabilização e motivação dos profissionais, com reflexo na boa gestão de recursos, na adoção de estratégias globais de melhoria e na organização geral da Escola.*



Relativamente às áreas de melhoria, são as seguintes:

- aumento das taxas de conclusão do 12.º ano, onde se tem verificado uma regressão durante o período de vigência do contrato de autonomia;
- aproveitamento, ao nível do plano anual de atividades, do dinamismo dos alunos e retroação das suas ideias e sugestões apresentadas;
- condições das salas de aula ao nível de conforto térmico, controlo da luminosidade e adequação da altura dos quadros;
- monitorização dos resultados da avaliação sumativa apresentados na disciplina de Educação Física do ensino secundário, que por norma apresentam desvios positivos elevados em relação à média dos resultados da turma;
- avaliação dos tempos afetos a apoio e recuperação, com vista a determinar o grau de eficácia destas medidas no sucesso dos alunos do ensino secundário.”

A comissão de autoavaliação, no relatório de 2015-2016, refere as seguintes recomendações de melhoria “Em termos de resultados académicos, podemos concluir que o desempenho global dos alunos em 2015/2016, taxas de transição e aprovação, está em linha com resultados de anos anteriores e supera, na maioria dos casos, as metas definidas pela instituição. Contudo, especial atenção deve continuar a ser dada a manter a Português, no 12º ano, com uma meta de classificações positivas nos exames nacionais de 72%. Tendo em consideração a importância e transversalidade desta disciplina, deve ser definida uma estratégia comum transdisciplinar que vá no sentido de evidenciar os fatores de desvalorização a que os alunos estão sujeitos em momentos de avaliação escrita, com a partilha de exigência a todas as disciplinas na correção escrita.

No caso da Matemática, embora a Escola não tenha atingido a meta estabelecida de 85% de classificações positivas nos exames nacionais do 12º ano, os resultados aproximaram-se da meta, sendo de considerar que o objetivo é, de si, ambicioso.”

As restantes recomendações desta Comissão têm como referência o inquérito de satisfação aplicado sobre o domínio “Resultados sociais”, no terceiro período de 2016, a todos os alunos de todos os anos e turmas, teceu as considerações que de seguida se apresentam, constituindo sugestões de atuação que possam ir no sentido de ultrapassar ou atenuar as fragilidades identificadas:

- Desenvolver, ao nível da Educação para a Cidadania, ações sobre: participação em atos eleitorais, intervenção cívica, solidariedade ativa e relação com o outro enquanto responsabilidade do próprio.
- Reconhecimento público dos alunos que se notabilizam pela sua participação ativa na vida da Escola.
- Dinamização das formas de divulgação das atividades de enriquecimento curricular junto dos alunos.
- Desenvolvimento de ações lúdicas que promovam uma maior interação entre os diferentes atores da comunidade escolar.
- Necessidade de investir na imagem da Escola enquanto espaço agradável, disciplinado e seguro.”

Os resultados da avaliação externa conduziram a um aprofundamento do autoconhecimento da instituição e, assim, a melhor se delinarem objetivos e estratégias. Além disso, também, produziram um reforço da autoestima e foram sentidos pela comunidade escolar como reconhecimento do trabalho e empenho de todos, que se veio a materializar na assinatura de um novo contrato de autonomia de 2ª geração com o Ministério da Educação, onde se estabelecem os objetivos, competências e compromissos da Escola bem como os compromissos do Ministério.



4. Metas Educativas

Numa comunidade escolar que se pretende ativa e participativa, urge levar cada um dos seus membros a intervir e a responsabilizar-se, com vista a melhorar a escola e a proporcionar uma melhor qualidade de ensino e de educação. Sob o ponto de vista pedagógico, e na perspetiva já referida de promoção do desenvolvimento cívico, constituem-se como metas, nomeadamente aquelas a que nos propusemos no contrato de autonomia:

- Consolidar uma taxa de abandono tendencialmente de 0%;
- Consolidar uma taxa de sucesso escolar de 98% no 3.º ciclo, com mais de 85% de níveis 3 ou superior a Português, Matemática e Inglês;
- Atingir, no 9º ano, uma percentagem de classificações positivas nas provas e exames nacionais de 83% a Português e de 80% a Matemática;
- Atingir uma taxa de abandono inferior a 2,5% no ensino secundário;
- Consolidar uma taxa de transição de 85% para o 10.º e 11.º ano do ensino secundário;
- Consolidar uma taxa de aprovação no ensino secundário no mínimo de 75%;
- Atingir uma taxa de aprovação de 80% nas disciplinas das Ciências Experimentais sujeitas a exame nacional;
- Atingir, no 12.º ano, uma percentagem de classificações positivas nos exames nacionais, de 72% a Português e de 85% a Matemática;
- Diminuir em 10% a percentagem de alunos do 7º e 10ºanos de escolaridade com ordem de saída da sala de aula.



5. Estratégias

Com o propósito de alcançar as metas definidas e sob a orientação dos valores estabelecidos, a Escola definiu estratégias de atuação a diferentes níveis.

5.1. Constituição de turmas

A propósito da distribuição dos alunos por turmas, é de referir o especial cuidado posto na constituição dos grupos, que se rege por critérios de natureza pedagógica:

- Manter, sempre que possível, os alunos na turma de origem, à exceção das seguintes situações:
 - grande cumplicidade entre os alunos que contribua negativamente, e de forma inequívoca, para um ambiente inadequado no processo de ensino aprendizagem;
 - conflitualidade inultrapassável com consequências nefastas para o bem-estar psicológico e sucesso educativo;
 - grande desfasamento em termos de desenvolvimento (social, afetivo e cognitivo) e de conhecimentos académicos.
- Evitar, sempre que possível,:
 - constituir turmas com um número de alunos superior ao limite mínimo legal;
 - constituir turmas com vários casos de retenção no ano anterior;
 - juntar alunos provenientes de cursos diferentes nas disciplinas de opção e línguas estrangeiras;
 - constituir turmas com conhecimentos académicos muito díspares;
 - constituir turmas desequilibradas relativamente ao género.
- Na transição do ensino básico para o ensino secundário, os alunos da Escola, provindos de turmas diferentes do 9.º ano, só devem ser agrupados quando for manifestamente necessário. Desta forma, procura evitar-se que existam no ensino secundário turmas constituídas, essencialmente, com alunos oriundos do 3.º ciclo desta Escola e outras totalmente constituídas com novos alunos. Além disso, a dispersão dos alunos da Escola pelas diversas turmas do ensino secundário facilita a integração dos novos alunos e permite desenvolver novos relacionamentos.
- De acordo com o estipulado no ponto 1, do artigo 11.º do despacho normativo n.º 1-B/2017, estabelecer como 5.º critério de seleção de matrícula no 10.º ano o sucesso dos alunos nas áreas disciplinares específicas do curso pretendido, de forma a selecionar prioritariamente os alunos que tenham sucesso (classificação positiva) em pelo menos duas das áreas disciplinares específicas.

5.2. Critérios pedagógicos

- Práticas de ensino/aprendizagem de qualidade, através de metodologias diversificadas e adequadas às aprendizagens, tais como apresentações orais, pesquisas, situações problema, projetos e outras;
- Desenvolvimento de programas de apoio e complementos educativos que promovam o sucesso educativo;
- Planeamento e desenvolvimento de medidas de ação estratégica de promoção da qualidade das aprendizagens e promoção do sucesso escolar;
- Concertação da atuação de professores/formadores, alunos, pais/encarregados de educação e dos outros agentes educativos de forma global;
- Análise/reflexão dos resultados obtidos na avaliação sumativa, de forma a uniformizar critérios, coordenar atividades e corrigir eventuais discrepâncias;



- Análise/reflexão dos resultados da avaliação/estratégias promotoras de sucesso ao nível dos diversos intervenientes (professor-turma, conselhos de turma, diretores de turma, serviços especializados de apoio educativo e encarregados de educação);
- Disponibilização de horários de alunos / turmas que obedeçam aos seguintes pressupostos:
 - concentração das atividades letivas tendencialmente no período da manhã;
 - distribuição das atividades, que tiverem lugar no período da tarde, pelos dias da semana por forma a possibilitar a saída dos alunos do ensino básico o mais cedo possível e a ocupar o menor número de tardes possível aos alunos do ensino secundário;
 - colocação dos tempos letivos das disciplinas estruturantes de Português e Matemática preferencialmente no período da manhã.
- Desenvolvimento do Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual, que promova e favoreça o equilíbrio e o bem-estar dos jovens e adolescentes;
- Opção, em termos de oferta complementar no 3.º ciclo, da área curricular de Educação para a Cidadania;
- Planificação, realização e avaliação de atividades de enriquecimento curricular como componente educativa;
- Estímulo da assiduidade de toda a comunidade escolar, de molde a que seja tendencialmente superior a 98%.

5.3. Avaliação

Sem pretender abandonar critérios pedagógicos - determinantes na decisão de transição, no caso dos 7.º e 8.º anos - a Escola opta por uniformizar procedimentos, tendo em mente que é muito importante dar sinais inequívocos à comunidade que a levem a confiar na eficácia dos nossos critérios e procedimentos avaliativos, no âmbito da nossa prática de exigência e rigor e no enquadramento legal da nossa autonomia e responsabilidade.

• Assim, tomando como ponto de referência as prioridades estabelecidas neste Projeto Educativo, e sem prejuízo no disposto na legislação aplicável, mas no sentido de dar algumas orientações aos conselhos de turma, assim como aos alunos e pais/encarregados de educação, considera-se que o aluno não adquiriu os conhecimentos predefinidos para um ano não terminal de ciclo, quando:

- não adquiriu os conhecimentos e não desenvolveu as capacidades definidas para um ano de escolaridade nas disciplinas de Português e Matemática;
- não adquiriu os conhecimentos e não desenvolveu as capacidades definidas para um ano de escolaridade na disciplina de Português e a outras duas disciplinas;
- não adquiriu os conhecimentos e não desenvolveu as capacidades definidas para um ano de escolaridade a mais de três disciplinas.

Nas circunstâncias anteriores, a decisão de progressão só pode ser tomada por maioria absoluta, obtida por votação nominal, tendo o presidente do conselho de turma direito a voto de qualidade, em caso de empate.

• No caso de retenção repetida, a atribuição de um nível/menção negativo/a a uma disciplina ou área não disciplinar em que, no ano anterior, o aluno obteve nível/menção positiva, que concorra para a hipótese de retenção repetida do aluno, deve ser justificada com os seguintes relatórios:

- do professor da disciplina;
- do coordenador de departamento;
- do diretor de turma.

Estes relatórios ficarão anexos à ata do conselho de turma.

• Em cada reunião de avaliação de final de período, compete ao conselho de turma reanalisar o plano de atividades de turma, com vista à introdução de eventuais ajustamentos ou apresentação de propostas para o período ou ano letivo seguintes.



- No final do ano letivo, o Diretor analisará os resultados da avaliação sumativa bem como as propostas feitas pelos conselhos de turma em resultado da avaliação dos seus planos, a par de outras que eventualmente surjam, e introduzirá as alterações consideradas convenientes ao plano de atividades.

5.4. Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem

A avaliação de processos, resultados e práticas revestir-se-á de especial cuidado, devendo os resultados desta avaliação ser monitorizados, através de registos que envolvam os intervenientes - alunos e professores – de modo a fornecer pistas seguras de orientação no caminho a seguir.

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa, permitindo a recolha sistemática de informações que, uma vez analisadas, apoiam a tomada de decisões adequadas à promoção da qualidade das aprendizagens.

No início do ano letivo, o conselho pedagógico, de acordo com as orientações do currículo nacional, reajustará, caso necessário, os critérios de avaliação para cada ciclo de escolaridade, sob proposta dos departamentos curriculares e coordenadores de ciclo.

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação, assume caráter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

A avaliação sumativa consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências, definidas para cada área curricular e disciplina, no quadro do plano de atividades de turma respetivo, dando uma atenção especial à evolução do conjunto dessas aprendizagens e competências.

Quanto aos procedimentos avaliativos, no centro das nossas preocupações está a ênfase no caráter formativo da avaliação, apoiada por uma diversidade de instrumentos de avaliação adequados, a par da atenção dada à evolução do aluno numa lógica de ciclo, com particular ênfase no 3º ciclo.

Neste processo, não podemos esquecer que a avaliação obedece sempre a critérios previamente definidos, tomando como ponto de referência o plano de trabalho da turma/planificações, bem como eventuais adaptações a planos e programas educativos individuais.

Esta avaliação inserir-se-á na prática habitual de autoavaliação, através da sua monitorização e posterior conhecimento e reflexão em diversos contextos - conselho de turma, departamento, comissão de autoavaliação, conselho pedagógico, conselho geral - por forma a constituir um meio regulador da atividade educativa, conferindo-lhe não só visibilidade mas também confiança.

Neste campo, ganha especial relevo o trabalho da equipa de autoavaliação, que, por meio de um processo de recolha, contínua e sistemática, de um conjunto de informações significativas, visa aferir o grau de execução de objetivos, a qualidade dos desempenhos e dos procedimentos, tendo em vista a tomada de decisões adequada, no sentido da convergência com as metas educativas aqui definidas, numa perspetiva de melhoria contínua.

5.5. Combate ao insucesso, absentismo e abandono escolares

A ação neste campo assenta nos seguintes procedimentos:

- Monitorização de alunos com necessidades - cognitivas, comportamentais ou económicas - e inventariação das mesmas;
- Implementação de medidas de promoção do sucesso escolar, nomeadamente com marcação de um tempo semanal no horário dos alunos e do diretor de turma para reunião; de um programa de tutorias com uma reunião semanal do tutor com o aluno que acompanha; atividades de reforço das aprendizagens e apoio personalizado



para alunos com NEE; coadjuvância em sala de aula, em regime de trabalho colaborativo, nas disciplinas de Português e Matemática; reforço da carga horária letiva de algumas disciplinas para implementação de pedagogias diferenciadas e diversificação de metodologias de ensino / aprendizagem;

- Adoção de medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens a desenvolver, em especial para o 7.º e 10.º ano, atendendo sobretudo aos alunos que estão pela primeira vez na escola;
- Reencaminhamento para percursos mais adequados, o mais precocemente possível;
- Encaminhamento de casos especiais para os serviços especializados de apoio educativo;
- Estabelecimento de indicadores de sucesso;
- Disciplinas/áreas curriculares não disciplinares com menos de 85% de classificações positivas e/ou 0,4, ou mais, abaixo ou acima da média da turma no caso do 3.º ciclo e, no ensino secundário, com menos de 75% de classificações positivas e/ou 2 ou mais, abaixo ou acima da média da turma devem ser devidamente analisadas, explicadas pelo conselho de turma e acompanhadas das necessárias propostas de remediação;
- Adoção de um toque de encaminhamento antes do início da aula como forma de introduzir rigor na pontualidade;
- Comunicação da falta, na hora, aos encarregados de educação;
- Rigor na aceitação de justificações de faltas;
- Alunos que manifestem intenção de anular a matrícula a qualquer disciplina deverão obter uma informação do docente da disciplina e do diretor de turma, após o que o processo será encaminhado para os serviços especializados de apoio educativo, e só terminados estes procedimentos, será dado despacho pelo diretor;
- Sensibilização dos pais e encarregados de educação para a participação na vida escolar dos seus educandos;
- Dedicar especial atenção às situações dos alunos com dificuldades económicas não supridas pelo subsídio escolar.

5.6. Biblioteca escolar/centro de recursos educativos

Não se pode omitir a função central a desempenhar pela biblioteca escolar/centro de recursos educativos. Na sociedade atual, orientada para o conhecimento e formação ao longo da vida, a biblioteca escolar/centro de recursos educativos assume um papel de capital importância quer no desenvolvimento de capacidades e competências dos alunos/utilizadores, quer enquanto iniciadora de hábitos a observar na vida adulta.

Tendo como domínios, o currículo, as literacias e aprendizagem, a leitura e literacia, os projetos e parcerias, a gestão da biblioteca escolar, esta deve desenvolver um plano de ação caracterizado pela autonomia de meios, materiais e humanos, mas com planificação e estratégias concertadas com os elementos da comunidade escolar e educativa. Nesta medida, a biblioteca escolar organiza sistematicamente atividades de formação de utilizadores, direcionadas a alunos e professores, tendo em atenção as necessidades detetadas, nomeadamente ao nível da promoção da leitura, das competências das literacias da informação, tecnológicas e digitais, bem como colabora com os docentes na concretização das atividades curriculares desenvolvidas no espaço da biblioteca escolar ou tendo por base os seus recursos.

Com o desenvolvimento das TIC, a biblioteca escolar vê a sua intervenção e papel reforçados. As tecnologias e a internet vieram introduzir novas oportunidades de acesso à informação e redefinir as existentes, substituindo condições e modelos de uso e produção do conhecimento. Introduziram ainda novos desafios formativos e pedagógicos a que a escola tem que responder e que decorrem do alargamento das literacias inerentes à aprendizagem e à vida no contexto da Sociedade do Conhecimento.



Em última análise, a biblioteca escolar, como espaço educativo integrador de múltiplas literacias - digital, da leitura, da informação, dos *media* -, constitui-se, cada vez mais, como fator decisivo para as aprendizagens e a capacitação plena das crianças e dos jovens que a utilizam formal ou informalmente.

5.7. Educação Especial

A Educação Especial constitui um conjunto de recursos específicos, metodologias de ensino, currículos adaptados, apoio de materiais e de serviços de pessoal docente especializado, mobilizado pela Escola para adequar as respostas educativas às necessidades dos alunos. A Educação Especial está alicerçada numa lógica de trabalho colaborativo com toda a comunidade educativa. A existência de alguma estabilidade do corpo docente e o empenho de todos os intervenientes no processo educativo dos alunos, bem como a distribuição de serviço, tendo por base o perfil do pessoal docente e não docente, promove o sucesso educativo. No sentido de facilitar o cumprimento dos objetivos delineados no Regulamento Interno da Escola, a Escola disponibiliza uma oferta educativa diversificada, que inclui unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com multideficiência e surdo-cegueira.

O trabalho desenvolvido no âmbito da Educação Especial deve ser sempre articulado com os restantes agentes / estruturas da comunidade escolar, no sentido de promover a necessária interação.

5.8. Administração e gestão

No plano administrativo, financeiro e institucional, pretende-se:

- Promover a articulação entre os diversos órgãos de gestão e administração da escola;
- Desenvolver a articulação da escola com as outras escolas e instituições cuja ação se enquadre no âmbito deste projeto educativo;
- Promover uma gestão financeira clara e transparente, privilegiando as diversas componentes pedagógicas;
- Desenvolver e preservar as condições físicas e ambientais da Escola;
- Desenvolver as redes de comunicação necessárias entre os diversos órgãos de gestão e administração;
- Celebrar protocolos e parcerias com a Associação Doutor Joaquim de Carvalho e outras instituições;
- Desenvolver ações de promoção/divulgação da Escola;
- Desenvolver o plano de emergência da Escola;
- Realizar ações de segurança na Escola.

5.9. Cooperação escola-família

A família será chamada a intervir de maneira regular, incentivando-se o seu envolvimento ativo na consciencialização do papel da escola como promotora de formação, valorizando o esforço da comunidade na educação da sua juventude.

O Diretor promove a participação ativa dos encarregados de educação, por meio de reuniões periódicas com os representantes dos encarregados de educação das turmas.

Cientes das dificuldades de participação presencial, pomos à disposição dos pais e encarregados de educação o acesso ao programa informático *Inovar*, que disponibiliza informação atualizada sobre o aproveitamento e assiduidade dos alunos, um sítio *web*, em que se concentra a principal e mais atualizada informação da Escola, uma secretaria *online*, a linha telefónica “diretor de turma”, bem como correio eletrónico e meios informáticos, que permitem o acesso a informações e documentos-base na vida da Escola.



5.10. Implementação do Projeto educativo

Perante a complexidade da gestão de uma escola, é fundamental a participação de todos os representantes dos vários setores, desenvolvendo-se as redes de comunicação necessárias para que os restantes órgãos realizem, eficazmente, o acompanhamento e a avaliação do funcionamento da Escola e lhe dirijam recomendações, com vista ao desenvolvimento do projeto educativo, do regulamento interno e ao cumprimento do plano anual de atividades.

A implementação do projeto educativo, para cada ano letivo, será feita através da concretização dos vários planos e projetos a desenvolver ao longo dos três anos de vigência do mesmo, na perspetiva em que todos os projetos e planos só fazem sentido se concretizam no dia a dia, num processo dinâmico e assumido por todos, em obediência a critérios de trabalho, disciplina, exigência e rigor.

O projeto educativo permite conceber a escola pretendida, " isto é, afirma as opções da escola-comunidade educativa quanto ao ideal de educação a seguir, as metas e finalidades a perseguir, as políticas a desenvolver." (Carvalho, 1994).



6. Avaliação do projeto

Aprovado o projeto educativo pelo conselho geral, compete a este órgão acompanhar e avaliar a sua execução, de acordo com a legislação em vigor.

Aprovado, por unanimidade, em reunião do conselho geral de ____ de junho de 2017.

Ante os múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social. (...) Não como um “remédio milagroso”, não como um “abre-te sésamo” de um mundo que atingiu a realização de todos os seus ideais mas, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras...

(UNESCO, 2010)



7. Bibliografia

- Carvalho, A., Diogo, F. (1994). *Projecto Educativo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Carvalho, A. (2003). *Projeto Educativo*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Diogo, F. (1994). *Por um projeto educativo de rede*. Lisboa: Edições Asa.
- UNESCO (2010). *Relatório de Monitorização Global de EPT. Relatório Conciso. Alcançar os Marginalizados*. Recuperado de <http://zip.net/bxtKD1>
- Martins, G. (Coord.). (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Lisboa: Ministério da Educação. Recuperado de <http://zip.net/bttKvs>